



Revista Direito e Práxis

E-ISSN: 2179-8966

direitoepraxis@gmail.com

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro
Brasil

Antunes, Ricardo

O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina

Revista Direito e Práxis, vol. 8, núm. 3, 2017, pp. 2212-2226

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350952739015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina

Socialism, social struggles and the new way of life in Latin America

Ricardo Antunes

UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: rlcantunes53@gmail.com.

Artigo recebido em 29/06/2017 e aceito em 31/08/2017.

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre a experiência recente do socialismo com o olhar voltado para a América Latina. Se ao longo do século XX, a tese do “socialismo em um só país” sofreu uma derrota profunda, mesmo em seu espaço ampliado de incidência, qual poderá ser o papel (econômico, social e político) de países como o Brasil, México, Argentina, Venezuela, Bolívia e Colômbia, Cuba etc, nas lutas pelo socialismo, tanto no espaço latinoamericano, quanto mundial? Nesta era de mundialização do capital, como será possível pensar o socialismo em um espaço simultaneamente nacional e também global/universal? E quais são os polos sociais capazes de lutar por estas transformações, quando se toma o exemplo da América Latina? São estes alguns dos pontos tratados neste artigo

Palavras-chave: Socialismo e américa latina; Classe trabalhadora e socialismo; Revolução nacional e internacional.

Abstract

The intent of this text is to reflect on the recent experience of socialism with a view towards Latin America. If, in the course of the 20th century, the thesis of "socialism in one country" has suffered a profound defeat, even in its broader space of incidence, what can be the role (economical, social and political) of countries such as Brazil, Mexico, Argentina, Venezuela, Bolivia and Colombia, Cuba, etc., in the struggles for socialism, both in Latin America space and in the world? In this age of globalization of capital, how can we think of socialism in a space both national and also global / universal? And what are the social poles capable of fighting for these transformations, when taking the example of Latin America? These are some of the questiones dealt with in this present article.

Keywords: Socialism and latin america; Working class and socialism; National and international revolution.

Uma nota inicial¹

No limiar do século XXI, a busca por um novo projeto socialista encontra-se novamente na ordem do dia. Hoje estamos em condições de fazer um balanço mais conclusivo da experiência vivida no século XX: derrotadas as suas mais importantes experiências, com a URSS à frente, é possível constatar que estes projetos não foram capazes de derrotar o *sistema de metabolismo social* do capital.

Este *sistema*, constituído pelo tripé *capital, trabalho e Estado*, não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que o compreende. Como diz István Mészáros², não basta eliminar *um* ou mesmo *dois* de seus pólos. O desafio é superar o tripé, nele incluída a divisão social hierárquica do trabalho que subordina o *trabalho* ao *capital*.

Por não ter avançado nesta direção, os países pós-capitalistas, liderados pela URSS, foram incapazes de romper a lógica do capital. Fenômeno assemelhado ocorre hoje com a China, que oscila entre uma abertura ampla para o mercado mundial sob o comando do capital e o fortalecimento do controle político rígido exercido pelo Estado e pelo Partido Comunista Chinês. Penso que a reflexão deste ponto é um primeiro e decisivo desafio.

Vamos para um segundo ponto: a experiência do “socialismo em um só país” ou mesmo em um conjunto limitado de países foi um empreendimento também derrotado no século que se foi. Como diz Marx, o socialismo deve ser concebido como uma processualidade *histórico-mundial*; as *revoluções políticas* podem inicialmente assumir uma conformação *nacional*, mais limitada e parcial. Mas as *revoluções sociais* têm um intrínseco significado universalizante.³

¹ Este texto retoma ideias apresentadas no Seminário Internacional do CEMAX e foi em parte publicado no livro *O Continente do Labor* (Boitempo, 2011).

² István Mészáros, *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo, 2002.

³ Karl Marx, *Crítica da Filosofia do Direito/Introdução*, São Paulo, Boitempo, 2005 e Marx e Engels, *A Ideologia Alemã*, São Paulo, Boitempo, 2007.

Na fase do capital mundializado, marcada por um sistema global do capital *desigualmente combinado* – conforme caracterização de François Chesnais⁴, o socialismo somente poderá ser concebido enquanto um empreendimento global/universal. Sua efetividade no espaço nacional dependerá, de maneira decisiva, de seu desenvolvimento em outros espaços nacionais, o que lhe confere tendencialmente uma processualidade histórico-mundial. Neste movimento, quanto mais ele puder atingir o *coração do capital* (EUA, Europa Unificada e Japão, em primeiro plano), maiores serão suas efetivas possibilidades.

Do mesmo modo, a preservação dos elementos de *mercado* durante a transição socialista do século XX mostrou-se um *caminho certo para que o sistema de capital pudesse ser reinstaurado*. Assim, a constituição de uma *associação livre dos trabalhadores*, gestando um novo sistema de metabolismo social fundado no trabalho autônomo e autodeterminado, é *incompatível* com as engrenagens do mercado. Os “conceitos” apologéticos e justificadores do tipo “economia socialista de mercado” ou “mercado socialista” são eufemismos usados para encobrir o retorno e o comando do sistema do capital, em seu processo de restauração.

Os casos da China e da antiga URSS são fortes demais. Muitos acreditaram que a abertura econômica soviética, junto com sua abertura política, fosse condição para a preservação do que ali se denominava, também de modo equívoco, de “socialismo real”. O desmoronamento do sistema soviético já é parte da nossa história recente e só muita ingenuidade imagina que o “socialismo chinês” pode controlar o *sistema de capital* que se esparrama de modo intenso pela China, cuja degradação do trabalho passou a ser o patamar utilizado pelo sistema global do capital para dilapidar ainda mais a força de trabalho em escala global.

A diferença maior, quando se compara o caso chinês com o soviético, é que o primeiro realizou uma monumental abertura econômica para o capital, hipertrofiando o aparato político do Estado e seu controle sobre a sociedade de

⁴ François Chesnais, *A mundialização do capital*, São Paulo, Xamã, 1996.

classes que hoje existe na China. Ou seja, realizou a abertura econômica, mantendo ultracentralizado o controle do Estado por meio do Partido Comunista e do Exército. Exemplo destas mutações e do avanço do sistema de capital está no fato de que o Partido Comunista Chinês já permite, entre seus membros, a filiação dos empresários. Não é difícil imaginar o que resultará desse quadro nos próximos anos e décadas.

Desconsiderar essa processualidade, quando se pensa no socialismo do século XXI, seria o mesmo que desconsiderar a história. E a história crítica do experimento socialista do século XX é fundamental para o exercício efetivo do socialismo no século XXI.

Nesse contexto, as possibilidades do socialismo na América Latina devem ser pensadas como parte de uma processualidade *que não se esgota em seu espaço nacional*. Como vimos anteriormente, ao longo do século XX, a tese do “socialismo em um só país” teve um resultado trágico. O desafio maior, portanto, é buscar a *ruptura com a lógica do capital em escala simultaneamente nacional, continental e mundial*. Países como Brasil, México, Argentina, Venezuela, Bolívia e Colômbia podem ter papel de relevo neste cenário, visto que, por um lado, se constituem em pólos importantes da estruturação mundial do capital e, por outro, têm um contingente significativo de forças sociais e políticas do trabalho e lutas e movimentos sociais de extrema importância.

Economicamente, vários destes países são dotados de significativo parque produtivo, como o Brasil e o México; outros têm importância política estratégica, como é o caso da Venezuela, que, conjuntamente com a Bolívia e, em menor dimensão, o Equador, busca alternativas contrárias à lógica neoliberal dominante.

Junto com a eclosão de lutas e levantes populares na Índia, na Rússia, na Coreia e na Indonésia, entre outros países que não estão diretamente no centro do mundo capitalista, constituem uma gama de forças sociais populares e do trabalho, capazes de impulsionar um projeto que tenha como horizonte uma organização societal socialista de novo tipo, renovada e radical, bastante diferente dos empreendimentos revolucionários intentados no século XX.

A centralidades das lutas sociais e a nova morfologia do trabalho

Nesta quadra da história, o desenvolvimento de movimentos sociais e políticos de esquerda e de massas, capazes de enfrentar alguns dos mais agudos desafios deste fim de século, mostra-se também presente. Desde o movimento social e político dos zapatistas, no México, em 1994, contra o domínio imperial norte-americano, passando pela comuna de Oaxaca, que abalou o poder oligárquico, no México, recentemente, ou ainda pelo advento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, pela retomada das lutas operárias e sindicais na América Latina e pelas explosões sociais dos trabalhadores desempregados em tantas outras partes do mundo. Sem falar na luta dos *piqueteros* na Argentina e nas lutas sociais das comunidades indígenas e populares pelas *questões vitais*, como as batalhas contra a privatização e a “mercadorização” da água, do gás e do petróleo, como vêm ocorrendo na Bolívia, na Venezuela, no Uruguai e em outros países do nosso continente.

Estas lutas cada vez mais assumem a forma de movimentos contra a completa mercantilização do mundo, contra a totalizante (e totalitária) “mercadorização” de tudo que se produz, e ampliam-se intensamente, para procurar atingir de modo cada vez mais persistente o capital em sua própria materialidade. Sua força maior está em indicar a centralidade de suas lutas no próprio espaço do capital e de seu sistema, sendo, por isso, lutas centralmente *extraparlamentares e extrainstitucionais*.

Como nos ensina Mészáros, sendo o capital um sistema de metabolismo social essencialmente *extraparlamentar*, qualquer tentativa de superá-lo que se atenha à esfera *institucional e parlamentar* estará impossibilitada de realizar a difícil empreitada de destruir o sistema de capital e seus pilares de sustentação. O maior mérito destes novos movimentos sociais e políticos acima indicados aflora

na centralidade que conferem às lutas sociais de perfil essencialmente (ou predominantemente) extraparlamentar.

O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais de esquerda é criar e inventar novas formas de atuação *autônomas*, capazes de articular e dar centralidade às ações de classe contra o capital e sua lógica destrutiva. Isto em uma fase em que nunca o capital foi tão destrutivo em relação ao trabalho, à natureza e ao meio ambiente, em suma, à humanidade.

A recusa da separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica – realizada pelos sindicatos e pela ação político-parlamentar dos partidos – entre lutas social e política concebidas separadamente - *é absolutamente imperiosa* e mesmo *imprescindível* quando se pretende derrotar de fato o poderoso sistema de metabolismo social do capital, estruturado a partir do tripé Estado, capital e trabalho assalariado⁵. A ação contra o domínio do capital em busca do socialismo deve articular *luta social* e *luta política* em um complexo indissociável.

O mundo do trabalho e as lutas sociais de classe, em suas complexas relações com a luta ecológica, de gênero, étnica, geracional, pela *igualdade substancial* (Mészáros), têm cada vez mais uma conformação mundializada. Com a expansão do capital em escala global e a nova forma assumida pela divisão internacional do trabalho, as respostas do movimento dos trabalhadores assumem um sentido universalizante crescente. Cada vez mais as lutas de recorte nacional devem estar articuladas com uma luta de amplitude internacional.

A transnacionalização do capital e do seu sistema produtivo obriga ainda mais a classe trabalhadora e as lutas populares a combaterem as privatizações da água, do petróleo e do gás e a lutarem pelo direito ao trabalho, pela redução de seu tempo e sua jornada de trabalho, pela ampliação dos direitos sociais, enfim, pelas *questões vitais*. Para tanto é imperioso uma forte articulação internacional nas ações e lutas, tanto pela solidariedade como para fortalecer as formas de confrontação. *À mundialização dos capitais corresponde, portanto, cada vez mais e de modo intransferível, uma mundialização das lutas sociais e do trabalho.*

⁵ Idem.

Isto porque a classe trabalhadora no mundo contemporâneo, em sua *nova morfologia*, é mais complexa e heterogênea do que aquela existente durante o período de expansão do fordismo. O resgate do que Alain Bihr chamou de *sentido de pertencimento de classe*, contra as inúmeras fraturas objetivas e subjetivas impostas pelo capital, é um dos seus desafios mais prementes⁶. E devemos ter, ainda, uma concepção *ampliada* de trabalho, que não nos leve à tese equívoca e eurocêntrica do mito do fim do trabalho⁷.

Impedir que os trabalhadores precarizados fiquem à margem das formas de organização social e política de classe é um desafio imperioso no mundo contemporâneo. O entendimento das complexas conexões entre classe e gênero, entre trabalhadores “estáveis” e precarizados, entre nacionais e imigrantes, entre trabalhadores de etnias diferentes, entre qualificados e sem qualificação, entre jovens e velhos, entre empregados e desempregados, enfim, entre tantas fraturas que o capital impõe para a classe trabalhadora, torna-se fundamental responder por meio de um movimento social e político dos trabalhadores e das trabalhadoras, na busca e realização efetiva de um novo projeto societal socialista neste século XXI.

Uma vez mais o resgate do sentido de pertencimento de classe (o que implica em entender as conformações da classe trabalhadora hoje e sua *nova morfologia*) é questão crucial nesta viragem de século.

Dois exemplos podem nos ajudar na melhor compreensão *dessa nova morfologia do trabalho e das lutas sociais*. Na Argentina, presenciamos a organização dos trabalhadores desempregados, denominados *piqueteros*, que depuseram, junto com as classes médias pauperizadas, no levante de dezembro de 2001, o governo De La Rúa e vários pretensos “presidentes”, nos “dias que abalaram a Argentina”. Vimos também a ampliação de um importante processo de ocupação de fábricas pelos trabalhadores (as “fábricas recuperadas”), lutando

⁶ Alain Bihr, *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*, São Paulo, Boitempo, 1998.

⁷ Essa questão foi desenvolvida em *Adeus ao trabalho?* (São Paulo, Cortez) e *Os sentidos do trabalho* (São Paulo, Boitempo).

para preservar seus empregos e salários, em um país cujos governos neoliberais chegaram ao máximo do servilismo em relação ao FMI e sua política destrutiva.

Podemos recordar ainda a expressiva resistência zapatista no México, que teve papel decisivo nas lutas sociais e políticas antineoliberais no início dos anos 1990, quando muitos acreditavam que a história tinha encerrado seu ciclo; e também a recente comuna de Oaxaca, de 2005, que desnudou a destruição da *res pública* levada a cabo no México.

Assim, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora latino-americana e de suas lutas sociais, advogamos a tese de que as possibilidades de uma efetiva emancipação humana e social, pela conquista da alternativa socialista, podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente (e não exclusivamente) no mundo do trabalho; um processo de emancipação simultaneamente *do* trabalho, *no* trabalho e *pelo* trabalho.

Esta formulação não exclui nem suprime outras formas importantes de rebeldia e contestação. Mas, vivendo em uma sociedade que produz mercadorias, valores de troca, cuja lógica é voltada para a valorização do capital e seu ciclo perverso, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade no combate direto ao capital.

Todo o amplo leque de assalariados que compreende o setor de serviços, mais os trabalhadores “terceirizados”, os do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os subempregados e os desempregados, somam-se decisivamente aos trabalhadores diretamente produtivos, configurando-se no pólo social e político dotado de maior potencialidade e radicalidade anticapitalista.

Do mesmo modo, a luta ecológica, os movimentos feministas, étnicos (dos indígenas, dos negros, dos imigrantes), dos homossexuais etc., entre outros, encontram maior pujança e vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas contra as múltiplas opressões do sistema de capital.

No caso dos movimentos ecologistas e ambientalistas, o eixo de seus embates deve ser contra a *lógica destrutiva do capital* (que destrói a natureza em escala global) e, no caso da luta das mulheres, suas ações devem voltar-se contra o caráter fetichizado, estranhado, “desrealizador” e virulento do domínio patriarcal que as subordina em seu duplo espaço, familiar e profissional, impedindo sua luta em busca de uma efetiva *igualdade substantiva*. O mesmo pode-se dizer em relação à luta dos diversos povos, etnias e culturas pela ruptura das desconstruções realizadas pelo capital para impedir a obtenção de uma *igualdade substancial*.

As greves e as explosões sociais constituem-se, também, em importantes exemplos das novas formas de confrontação social contra o capital, dada a *nova morfologia do trabalho e seu caráter multifacetado*. Elas mesclam elementos desses polos diferenciados do que venho denominando a *classe-que-vive-do-trabalho* e se constituem em importantes exemplos dessas novas confrontações contra a lógica destrutiva que preside a (des)sociabilidade contemporânea que o século XXI tem presenciado em intensidade e abundância. Essas lutas nos levam, por fim, a debater alguns pontos importantes, quando se pensa no desenho de um projeto societal socialista neste século que se inicia.

Por um novo modo de vida

O empreendimento socialista não poderá efetivar outro *modo de vida* se não conferir ao trabalho algo radicalmente distinto tanto da subordinação estrutural em relação ao capital quanto em relação ao seu sentido heterônomo, subordinado a um sistema de mando e hierarquia, como se deu durante a vigência do sistema soviético e nos países do chamado “bloco socialista” ou do “socialismo real”, eufemismo para esconder as mazelas que impediam a autonomia do trabalho fora das engrenagens do capital e seu sistema de comando.

Com isso, entramos em outro ponto crucial, quando se trata de entender o verdadeiro significado do trabalho no socialismo e sua profunda diferença em relação à forma social do trabalho sob o sistema de capital. Conforme desenvolvemos no livro *Os sentidos do trabalho*, uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho *assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo verdadeiramente livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará *maculada* pela *desefetivação* que se dá no interior da vida laborativa.

Como o sistema global do capital, em nossos dias atuais, abrange intensamente também as esferas da *vida fora do trabalho*, a *desfetichização da sociedade do consumo* tem como corolário imprescindível a *desfetichização no modo de produção* das coisas. O que torna a sua conquista muito mais difícil, se não se inter-relaciona *decisivamente* a ação pelo *tempo livre* com a luta contra a lógica do capital e a vigência do *trabalho abstrato*.

Se o fundamento da ação coletiva for voltada radicalmente contra as formas de (des)sociabilização do mundo das mercadorias, a *luta imediata pela redução da jornada ou do tempo de trabalho* torna-se importante e *inteiramente compatível* com o *direito ao trabalho* (em jornada reduzida e sem redução de salário). Desse modo, a luta contemporânea imediata pela redução da jornada (ou do tempo) de trabalho e a luta pelo emprego, ao invés de serem excludentes, tornam-se necessariamente *complementares*. E o empreendimento societal por um *trabalho cheio de sentido* e pela *vida autêntica fora do trabalho*, por um *tempo disponível* para o trabalho e por um *tempo verdadeiramente livre e autônomo* fora do trabalho – ambos, portanto, fora do *controle* e *comando* opressivos do capital – , converte-se em elementos essenciais na construção de uma sociedade socialista não mais regulada pelo sistema de metabolismo social do capital e seus mecanismos de subordinação.

A invenção societal de uma nova vida, autêntica e dotada de sentido, recoloca, portanto, neste início do século XXI, a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema de metabolismo social, de um novo *modo de produção* fundado na *atividade autodeterminada*. Atividade baseada no *tempo disponível para produzir valores de uso socialmente necessários, na realização do trabalho socialmente necessário e contra a produção heterodeterminada*, que caracterizou o capitalismo, *baseada no tempo excedente para a produção exclusiva de valores de troca para o mercado e para a reprodução do capital*.

Os princípios constitutivos centrais, que devem estar presentes desde o da construção do socialismo do século XXI, devem pautar-se pelos seguintes fundamentos:

1) *o sentido essencial da produção e da vida societal será voltado exclusivamente para o atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais;*

2) *o exercício do trabalho deverá ser sempre sinônimo de autoatividade, atividade livre, baseada no tempo disponível, de modo profundamente articulado com o princípio anterior, fundado nas necessidades humano-sociais.*

Durante a vigência do capitalismo (e, de modo mais amplo, do próprio sistema do capital), o *valor de uso dos bens socialmente necessários subordinou-se ao seu valor de troca*, que passou a comandar a lógica do sistema de produção do capital. As funções produtivas básicas, bem como o *controle* do seu processo, foram radicalmente separadas entre aqueles que *produzem* (os trabalhadores) e aqueles que *controlam* (os capitalistas e seus gestores). Como diz Marx, o capital operou a separação entre trabalhadores e meio de produção, entre “o caracol e a sua concha”⁸, aprofundando-se a separação entre a produção voltada para o atendimento das necessidades humano-sociais e para as necessidades de autorreprodução do capital.

⁸ Karl Marx, *O capital* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971).

Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta prioritariamente as reais necessidades sociais, e que também por isso diferenciou-se de maneira radical de todos os sistemas de controle do metabolismo social anteriormente existentes (que produziam visando suprir prioritariamente as necessidades de autorreprodução *humana*), o capital instaurou um sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade*.

O segundo princípio societal imprescindível é, como ensina Marx, conceber o trabalho como atividade vital, livre, autoatividade, com base *no tempo disponível*. O que significa dizer que a nova estruturação societal socialista deve recusar o funcionamento com base na separação dicotômica entre *tempo de trabalho necessário* para a reprodução social e *tempo de trabalho excedente* para a reprodução do capital. Isto porque o *tempo disponível* será aquele dispêndio de atividade laborativa autodeterminada, voltada “para atividades autônomas, externas à relação dinheiro-mercadoria”⁹, negadoras da relação totalizante dada pela *forma-mercadoria* e contrárias, portanto, à *sociedade produtora de mercadorias*.

Como conclusão: uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela felicidade social e pela *omnilateralidade humana*, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre *tempo de trabalho* e *tempo de não trabalho*, de modo que, a partir de uma *atividade vital* cheia de sentido, autodeterminada, *para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente*¹⁰ e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver uma nova sociabilidade. Tecida, como apresentamos em nosso livro *Os Sentidos do Trabalho*, por *indivíduos* (homens e mulheres) *sociais e livremente associados*, onde ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e *otium*, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem as condições para a efetivação da

⁹ Robert Kurz, *O colapso da modernização* (São Paulo, Paz e Terra, 1992).

¹⁰ István Mészáros, op. cit.

identidade entre indivíduo e gênero humano, na multilateralidade de suas dimensões. Uma vida com formas inteiramente novas de sociabilidade, onde liberdade e necessidade se realizem mutuamente.¹¹

O exercício do trabalho autônomo, eliminado o dispêndio de tempo excedente para a produção de mercadorias, eliminado também o tempo de produção *destrutivo* e *supérfluo* (esferas estas controladas pelo capital), possibilitará o resgate verdadeiro do *sentido estruturante do trabalho vivo*, contra o *sentido (des)estruturante do trabalho abstrato para o capital*. Isto porque o trabalho que *estrutura* o capital *desestrutura* o ser social, isto é, o *trabalho assalariado* que dá sentido ao capital gera uma *subjetividade inautêntica*, alienada/estranhada no próprio ato de trabalho. Em uma forma de sociabilidade autenticamente socialista, o trabalho, ao *reestruturar* o sentido humano e social da produção, *desestruturará* o capital e seu sistema de mercado. E esse mesmo *trabalho autodeterminado* que tornará *sem sentido* o capital gerará as condições sociais para o florescimento de uma *subjetividade autêntica* e emancipada, dando um novo *sentido ao trabalho*.

Se o trabalho torna-se dotado de sentido, será também (e *decisivamente*) por meio da arte, da poesia, da pintura, da literatura, da música, do tempo livre, do *otium*, que o ser social poderá humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. O que seria um belo intento do socialismo do século XXI.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? (São Paulo, Cortez)

_____. Os sentidos do trabalho (São Paulo, Boitempo).

¹¹ Ricardo Antunes, *Os sentidos do trabalho*, op. cit.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise, São Paulo, Boitempo, 1998.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital, São Paulo, Xamã, 1996.

KURZ, Robert. O colapso da modernização (São Paulo, Paz e Terra, 1992).

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito/Introdução, São Paulo, Boitempo, 2005 e

MARX, Karl; ENGELS. A Ideologia Alemã, São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O capital (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971).

MÉSZÁROS, István. Para além do capital, São Paulo, Boitempo, 2002.

Sobre o autor

Ricardo Antunes

Professor Titular de Sociologia do Trabalho na UNICAMP. Autor, entre outros livros, de Os Sentidos do Trabalho (Boitempo, publicado também na Itália, Inglaterra/Holanda, EUA, Portugal, Índia e Argentina); Adeus ao Trabalho?(Ed. Cortez, publicado também na Itália, Espanha, Argentina, Colômbia e Venezuela) e Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil (organizador, Boitempo), Vol. I, II e III. Coordena as Coleções Mundo do Trabalho, pela Boitempo e Trabalho e Emancipação, pela Expressão Popular. No primeiro semestre de 2017 foi Visiting Professor na Universidade Ca'Foscari em Veneza (Itália). E-mail: rlcantunes53@gmail.com.

O autor é o único responsável pela redação do artigo.